

e-ISSN: 1981-8416

INTER●AÇÃO

Revista da Faculdade de Educação da UFG

47

Goiânia, n. 3, set./dez., 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Reitora
Angelita Pereira de Lima



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Direção
Lueli Nogueira Duarte da Silva
Priscilla Melo Ribeiro de Lima

EDITORA

Miriam Fábria Alves

EDITORA ADJUNTA

Karine Nunes de Moraes

EDITOR ADMINISTRATIVO/SECRETÁRIO DA REVISTA

Rodrigo Gouvêa Rodrigues

COMITÊ EDITORIAL

André Barcelos Carlos de Souza, Catarina de Almeida Santos, Ged Guimarães, Liliane Barros de Almeida, Márcio Penna Corte Real, Rachel Benta Messias Bastos.

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Mendes Catani, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil
Andréia Ferreira da Silva, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil
Andrés Franco Aguilar, Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia
Ângelo Ricardo de Souza, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil
Almerindo Janela Afonso, Universidade do Minho (U.MINHO), Braga, Portugal
Armando Alcântara Santuário, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), C. de México, D.F, México
Belmiro Gil Cabrito, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Lisboa, Portugal
Bruno Bontempi Júnior, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, Brasil
Catalina Rivera Guitierrez, Universidad Católica de Temoco, Chile
Cecília Hanna Mate, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil
Eleonora Badilla Saxe, Universidad La Salle, Costa Rica
Elizabeth Miranda Lima, Universidade Federal do Acre (UFAC), Acre, Brasil
Emílio Peres Facas, Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, Brasil
François Vatin, Université de Paris X, Nanterre, França
Helena Modzelevski, Universidad de la Republica, Chile
Herminia Hernández Fernández, Universidad de la Habana, Cuba
Hilda Mar Rodríguez Gómez, Universidad de Antioquia, Medellín, Colômbia
Humberto Humbane, Universidade de Maputo (UP), Moçambique
Jane Bezerra de Sousa, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Piauí, Brasil
José Carlos Libâneo, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, Goiás, Brasil
José Gonzáles Monteagudo, Universidad de Sevilla, Espanha
José Leon Crochík, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil
Lia Machado Fiuza Fialho, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Ceará, Brasil
Luciana Esmeralda Ostetto, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
Luisa Cerdeira, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Lisboa, Portugal
Márcia Angela da Silva Aguiar, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil
Maria Cristina Parra Sandoval, Universidad del Zulia (LUZ), Maracaibo, Zulia, Venezuela
Maria D. Espíndola Fernandes, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil
Mariana Cunha Pereira, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Roraima, Brasil
Marília Costa Morosini, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS, Brasil
Mário Luiz Neves de Azevedo, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná, Brasil

Mirza Seabra Toschi, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, Goiás, Brasil
Mônica Martins, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, Brasil
Monique Andries Nogueira, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil
Nádia Cuiabano Kunze, Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Mato Grosso, Brasil
Pedro Ribeiro Mucharreira, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Lisboa, Portugal
Pérsida da Silva R. Miki, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Amazonas, Brasil
Raul Bernal Meza, Universidad Nacional del Centro (UnicEN), Tandil, Buenos Aires, Argentina
Roberto Akira Goto, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil
Roberto Donoso Torres, Universidad de los Andes, Mérida, Venezuela
Regina Célia Padovan, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Tocantins, Brasil
Sauloéber Tarsio de Souza, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil
Sonia Xavier de Almeida Borges, Universidade Veiga de Almeida (UVA), Rio de Janeiro, Brasil
Tristan McCowan, University College London (UCL), London, United Kingdom
Vera Lúcia Jacob Chaves, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Inter-Ação é o periódico quadrienal da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás e do Programa de Pós-Graduação em Educação – FE/UEG. Seu objetivo consiste em publicar, mediante avaliação no sistema duplo-cego de pareceristas ad hoc e de membros do Conselho científico, trabalhos inéditos resultantes de estudos teóricos e pesquisas sobre a educação, abrangendo as seguintes linhas de pesquisa: Educação, trabalho e movimentos sociais; Estado, políticas e história da educação; Cultura e processos educacionais; Formação, profissionalização docente, práticas educativas; Fundamentos dos processos educativos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG

INTER●AÇÃO

Revista da Faculdade de Educação da UFG

47

Goiânia, n. 3, set./dez., 2022

Coordenadores do Dossiê:
Luiz Fernandes Dourado
Romilson Martins Siqueira

Editoração Científica:
Amanda Reis Ristov - Revisora
Cátia Ana Baldoino da Silva - Programadora Visual
Cláudia Oliveira de Moura Bueno - Bibliotecária
Gustavo Ponciano Cunha de Oliveira - Revisor
Jaqueline Taketsugu Alves da Silva - Bibliotecária
Larissa Landim de Carvalho - Revisora
Luciana Novaes Miranda - Designer
Luiz Carlos Siqueira Filho - Revisor
Maria Ayeska Andrade Echegaray - Revisora
Onia Arantes Albuquerque - Técnico - Administrativa

Ilustração da Capa:
Fotos tiradas por: Jordana Mercado

Preparação dos Originais e Diagramação:
Rodrigo Gouvêa Rodrigues - Técnico em Assuntos Educacionais

Apoio Especial:
Programa de Apoio às Publicações Periódicas Científicas da UFG

Ficha Catalográfica

INTER-AÇÃO. Revista da Faculdade de Educação, UFG, v. 1, 1975 - Goiânia: FE/PPGE/UFG, v. 47, n. 3, set/dez., 2022.

Quadrimestral.
ISSN: 1981-8416

1. Universidade Federal de Goiás - Faculdade de Educação - Periódicos.

CDU 370

Indexada em:
Bibliografia Brasileira de Educação - BBE. CIBEC/INEP/MEC
Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades)
DOAJ (Directory of Open Access Journals)
Edubase (Faculdade de Educação da Unicamp - Brasil)
Educ@ (Fundação Carlos Chagas - Brasil)
EZB (Electronic Journals Library)
Iresie (Indice de Revistas de Educación Superior y Investigación - México)
IBICT/SEER (<http://seer.ibict.br>)
Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal)
Ulrich's Periodicals Directory
REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico)
Portal de Periódicos CAPES

PALAVRAS DAS EDITORAS

Caras/os leitoras/es,

O ano de 2022 foi um ano muito intenso e desafiador, em que pese comemorarmos o bicentenário da nossa independência, aprendemos que ainda há muito a conquistar para garantir que o Brasil seja de fato um país justo, soberano e independente. As eleições gerais, realizadas em outubro, nos deram o panorama dos desafios a serem enfrentados para combater a fome, a miséria, as falsas notícias, o autoritarismo, o negacionismo, os desmontes promovidos por um governo que cortou investimentos em educação, em pesquisa e nas universidades.

Diante desses inúmeros desafios que resistimos e continuamos a lutar, esperamos que em 2023 possamos nos juntar em prol da reconstrução do nosso país. É desse lugar, como revista Inter-Ação, pertencente à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás e ao seu Programa de Pós-Graduação em Educação, que vamos encerrando o ano de 2022 com nosso presente para vocês: o nosso último número da Revista contendo o Dossiê "Conferência Nacional Popular de Educação e a Democratização das Políticas Educacionais: Sujeitos, Processos e Proposições", organizados pelos professores Luiz Fernandes Dourado e Romilson Martins Siqueira e uma Seção Especial de "Política e Gestão da Educação", com um conjunto de artigos que dialogam com o tema do dossiê abordando problemáticas vinculadas aos níveis e modalidades da educação brasileira: educação infantil, educação do campo, educação superior, educação quilombola, cotas. Abre essa sessão um conjunto de artigos que discutem os contextos que marcam a realidade brasileira, abordando a necessidade de uma práxis emancipadora que combate o neoconservadorismo e o fim do mundo.

Como temos repetido, esperamos que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir. Por isso, compartilhem, divulguem! No desejo de que 2023 chegue para nós "plenos de esperança, mas não cegos diante de todas as nossas dificuldades" (Conceição Evaristo, 2020), sigamos!

Prof^a. Dr^a Miriam Fábila Alves

Prof^a. Dr^a. Karine Moraes

Editoras

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ TEMÁTICO

CONFERÊNCIA NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: SUJEITOS, PROCESSOS E PROPOSIÇÕES

A proposição do dossiê *Conferência nacional popular de educação e a democratização das políticas educacionais: sujeitos, processos e proposições* tem por objetivo dar visibilidade ao processo democrático e participativo na construção da Conape (2022), denominada 'Conape da esperança'.

A discussão sobre a Conape 2022 nos remete a compreensão do papel do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), criado após a intervenção unilateral do MEC, no pós golpe, na composição e dinâmica do Fórum Nacional Popular de Educação (FNE), em 2017. Nesta direção, ressalta o Documento Final da CONAPE 2022:

Importante destacar que o Fórum Nacional de Educação (FNE), estabelecido pela Lei nº 13.005/2014 (Lei do Plano Nacional de Educação 2014-2024), teve sua autonomia desrespeitada pelo Decreto Executivo de 26 de abril de 2017 e pela Portaria nº 577 de 27 de abril de 2017. Face a essas normativas do MEC que alteraram, de maneira unilateral, a composição do FNE e o calendário da Conae 2018, diversas entidades que compunham o Fórum, mobilizaram várias iniciativas, visando resguardar o FNE como espaço de interlocução entre sociedade civil e governo e, portanto, como órgão de Estado. No entanto, na desleal relação de forças, tais iniciativas foram categoricamente desrespeitadas pelo então Governo Michel Temer, inalteradas sob o atual Governo. Assim, várias entidades, preocupadas com a defesa e promoção do direito à educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade para todo cidadão e para toda cidadã, decidiram se manter fora do FNE.

Deixar de participar do Fórum Nacional de Educação, após tanto esforço para construí-lo e estabelecê-lo, não foi fácil. Contudo, é inaceitável que a sociedade civil tolere intervenções unilaterais e autoritárias em espaços e processos participativos de construção, monitoramento e avaliação de políticas educacionais, sob pena de perda irreversível para a democracia brasileira, já maculada pelos acontecimentos recentes, sistemáticos e progressivos.

Para manter a mobilização em torno dos compromissos com a defesa da educação democrática, e para todas/es/os, as entidades reuniram-se em um espaço de resistência e defesa da participação popular na construção das políticas públicas denominado de Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE).

O FNPE se estruturou, convocou e realizou duas Conferências Nacionais Populares de Educação (Conape 2018 e Conape 2022) como forma de organizar e manter a mobilização em torno da defesa do PNE, do monitoramento das suas metas, contra todos os retrocessos, em especial, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu um teto para os gastos federais por 20

anos, inviabilizando a consagração plena de todos os direitos sociais, especialmente a educação (FNPE, 2022:6/7).

As CONAPES (2018;2022), realizadas sob a coordenação do FNPE, com a efetiva participação de fóruns Estaduais, Distrital e Municipais, bem como, por membros das entidades que compõem o FNPE, além de possibilitar um balanço da conjuntura, constitui-se em espaços de efetiva participação social, de lutas e de proposições emancipatórias para a educação nacional.

Neste cenário o FNPE se consolidou. O Documento final da CONAPE 2022 assinala que

Nas etapas preparatórias da Conape 2022, o FNPE estimulou um amplo debate pelo país, tendo como tema do Documento Referência “Reconstruir o País: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es” e por Lema: “Educação pública e popular se constrói com democracia e participação social: nenhum direito a menos e em defesa do legado de Paulo Freire”. O FNPE, visando o fortalecimento e à articulação de mecanismos e de instâncias plurais de diálogo e a atuação conjunta entre a sociedade civil e a sociedade política, se consolidou como espaço estratégico em defesa do Estado democrático de direito e de contraposição aos inúmeros retrocessos intensificados no governo Bolsonaro. Hoje, o FNPE reúne mais de 45 entidades e se configura como importante território de debate, resistência democrática e defesa de um projeto popular de nação em que a educação seja exercício de democracia e compromisso com a soberania. É nossa tarefa, portanto, reafirmar a defesa da democracia, da vida, dos direitos sociais e da educação e, neste contexto, políticas democráticas de Estado, por meio da construção de um projeto de nação soberana, e de estado democrático, em defesa da democracia, da vida, dos direitos sociais e da educação e do PNE (FNPE, 2022: 8/9).

O presente dossiê objetiva deslindar o cenário atual de retrocessos nas políticas educacionais no país, balizados por políticas neoliberais e neoconservadoras, e, sobretudo, analisar os movimentos de resistência desenvolvidos pelo Fórum Nacional de Educação Popular (FNPE). Nesta ótica, busca analisar, especialmente, o papel de sujeitos coletivos, bem como, os processos de organização, incluindo sistematização, estrutura, dinâmicas político-pedagógicas e a construção coletiva de proposições, visando a democratização das políticas educacionais, tendo por eixo a efetiva materialidade da Conferência Nacional de Educação Popular (CONAPE 2022) em suas etapas municipais, estaduais, distrital e nacional.

A Conape 2022 teve como tema “Reconstruir o país: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as”. Da mesma forma, teve como lema “Educação pública e popular se constrói com democracia e participação social: nenhum direito a menos e em defesa do legado de Paulo Freire”. Deflagrada no território nacional, sob a condução do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), foi precedida pelas conferências livres, municipais, intermunicipais, regionais, estaduais e nacional populares de educação. Seu eixo central foi a defesa do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº 13.005/2014, da agenda de instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE) e a retomada do Estado Democrático

de Direito e dos direitos sociais. Constituiu-se, portanto, como um importante movimento de forte papel mobilizador, de organização e fortalecimento de lutas comuns, envolvendo sujeitos sociais diversos, as entidades nacionais que compõem o FNPE, os fóruns estaduais, distrital e municipais de educação, entre outros.

A CONAPE 2022, organizada e coordenada pelo FNPE em articulação com os Fóruns Estaduais, Distrital e Municipais, envolveu diversas etapas (conferências livres, temáticas, municipais, regionais, estaduais, distrital e nacional). Nas etapas que precederam a etapa nacional, a discussão teve por eixo o Documento Referência da CONAPE 2022. Após a consolidação das contribuições advindas das conferências Estaduais, o FNPE consolidou o Documento Base que foi objeto de discussão e deliberação nas plenárias da etapa nacional da CONAPE, ocorrida em Natal/RN, no período de 15 a 17 de junho. Na etapa nacional foram aprovados, por Unanimidade o Documento Final da CONAPE 2022¹ e a Carta de Natal.

Os textos aqui apresentados dão visibilidade ao lugar dos sujeitos, aos processos instituídos e instituintes e às proposições políticas que deram tessitura ao documento final da conferência e à carta de Natal Conape Esperança (FNPE, 2022). Revela, sobretudo, a educação como um campo de disputa hegemônica em sua dinâmica viva, que mobiliza diferentes setores e segmentos da sociedade em torno dos princípios, das concepções e das práticas da educação.

Todas as discussões apresentadas nesse breve contexto histórico são fundamentais para entendermos as proposições dos artigos apresentados neste dossiê. De modo geral, eles tangenciam, de alguma maneira, os pontos elencados na proposta do dossiê e se colocam na perspectiva crítica e propositiva para situarem o movimento histórico de constituição das Conferências de Educação em seus diferentes níveis: municipal, estadual, distrital e nacional.

O artigo “Democratização das políticas educacionais: campo de luta demarcando os sujeitos, processos e proposições da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape, 2022), de autoria de Luiz Fernandes Dourado e Romilson Martins Siqueira, aborda o processo de construção e materialização da Conape (2022), seus processos e suas proposições. A partir de análises das diferentes etapas desta conferência, especialmente da etapa nacional, sinaliza a riqueza da efetiva participação social, que, dentre outros apontamentos, desvela a consolidação do FNPE como ator coletivo de lutas e retoma as suas proposições para o campo educacional.

O artigo *Fórum Nacional Popular de Educação e a CONAPE como espaços de luta e resistência propositiva no Brasil*, de Luiz Fernandes Dourado, Heleno Araújo e Walisson M. Pinho Araújo, ressalta a importância, os avanços e os retrocessos da/na agenda da institucionalização de fóruns e outros espaços, a partir de ações de movimentos, no campo educacional, que implicariam discutir e reconhecer a articulação histórica entre educação e os movimentos sociais, incluindo a capilaridade, as dinâmicas institucionais e os desdobramentos dessa articulação. Neste contexto, situa o FNE, a criação e a consolidação do FNPE e das Conapes, com especial destaque para a construção da Conape (2022) e da Carta de Natal como importantes ativos na luta em defesa da educação.

Já o artigo *Bahia na CONAPE 2022: tessituras da gestão democrática no âmbito do FEE-BA para a reconstrução de novo projeto de nação*, de Alessandra S. Assis, João Danilo, Maria Couto e Nildon Pitombo, objetiva discutir o papel do Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEE-BA) para a organização da participação qualificada da Bahia na Conape. O artigo ressalta e demonstra que o FEE-BA tem trabalhado para assegurar maior envolvimento da sociedade civil e dos movimentos sociais associados à educação no debate e na formulação de propostas para as políticas educacionais no território baiano.

O artigo *Conferência Estadual Popular de Educação do Tocantins: trincheira para a disputa da educação pública*, de Rosilene Lagares, Roberto Francisco de Carvalho, Paulo Fernando de Melo Martins e Greice Quele Mesquita Almeida, objetiva discutir sobre a 2ª Conferência Estadual Popular de Educação do Tocantins, valendo-se da atuação dos sujeitos coletivos, da organização e construção de proposições, dos movimentos e espaços de resistência política às medidas educacionais que negam o direito à educação e à defesa dos mecanismos de gestão democrática e de planejamento de políticas públicas educacionais.

Do mesmo modo, o artigo *A Conape/2022 Etapa Mato Grosso Do Sul: espaço de mobilização e resistência*, de Andréia Nunes Militão e Onivan de Lima Correa, marca a Conape/2022 como espaço de mobilização e resistência, dando destaque para a etapa estadual em Mato Grosso do Sul. Discute a organização e a realização das etapas intermunicipais das conferências livres e da etapa estadual. Ao final, tece algumas considerações, apoiado em pesquisa documental e no envolvimento dos autores no processo de organização acerca da participação no Estado focalizado.

O artigo *Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica: embates entre a Conferência Nacional de Educação (CONAE) e a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE)*, de autoria de Rodrigo da Costa Lima e João Henrique Zanelatto, discute as diferenças entre as propostas de políticas públicas formuladas para a realização, em 2022, da Conae e da Conape sobre educação profissional e tecnológica. Ressalta que houve uma redução nos espaços de participação e o reforço da hegemonia de entidades empresariais na Conae em detrimento dos movimentos sociais em educação, que passaram a atuar na Conape.

A proposição deste dossiê não se encerra nos textos que o compõem. Na verdade, ele anuncia novos tempos em que novas esperanças se apresentam. Todavia, é necessário um reiterado processo de participação popular, de controle social e de construção colaborativa em torno de um novo projeto de governo que retome a educação pública e popular como prioridade absoluta. Nesse cenário, esperam-se a retomada do PNE, a construção de um Sistema Nacional de Educação e a construção de um projeto de nação comprometido com a ciência e com os valores republicanos e democráticos. É nesse contexto que os movimentos sociais organizados são novamente convocados para a construção de um país soberano e socialmente justo.

Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado (UFG)
Prof. Dr. Romilson Martins Siqueira (PUC-Goiás)
Coordenadores do Dossiê

Goiânia/GO, dezembro de 2022.

NOTA

1 - Os Documentos Referência, Base e Final da CONAPE 2022 tiveram seis eixos articuladores: eixo I – décadas de lutas e conquistas sociais e políticas em xeque: o golpe, a pandemia e os retrocessos na agenda brasileira; eixo II – PNE, planos decenais, SNE, políticas setoriais e direito à educação; eixo III – educação, direitos humanos e diversidade: justiça social e inclusão; eixo IV – valorização dos/as profissionais da educação: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde; eixo V – gestão democrática e financiamento da educação: participação, transparência e controle social; eixo VI – construção de um projeto de nação soberana e de estado democrático, em defesa da democracia, da vida, dos direitos sociais, da educação e do PNE.

REFERÊNCIAS

BRASIL/CASA CIVIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.2016.

BRASIL/CASA CIVIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.2014.

BRASIL/MEC. **Portaria nº 577, de 27 de abril de 2017**. Dispõe sobre o Fórum Nacional de Educação. 2017.

FNPE. CONAPE (2018). Implementar os Planos de Educação é defender uma educação pública de qualidade social, gratuita, laica e emancipadora Documento de Referência. Brasília: FNPE, 2018. Disponível em: <https://fnpe.com.br/docs/documentos/docs-conferencia/documento-referencia-conape-2018-final-2017-08-23.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

FNPE. CONAPE (2021). Reconstruir o País: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es. Documento Referência. Brasília. FNPE. 2021. Disponível em: https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2022/02/documento_referencia_da_conape_2022_final.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

FNPE. CONAPE (2022). Reconstruir o País: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es. Documento Final. Brasília. FNPE.2022. Disponível em: <https://fnpe.com.br/documento-final-conape-2022/>. Acesso em: 15 out. 2022.

FNPE. CONAPE (2022). Carta de Natal. CONAPE Esperança. Brasília. FNPE.2022. Disponível em: <https://fnpe.com.br/carta-de-natal-conape-da-esperanca/>. Acesso em: 15 out. 2022.